

Historiografia, biografia e ética

RELATIVIDADE, RELATIVISMO E MOVIMENTO PÓS-MODERNO¹

Tudo começou já depois do fim da Grande Guerra. No dia 29 de Maio de 1919, as fotografias tiradas a um eclipse solar total, visível tanto na ilha do Príncipe, situada na costa ocidental africana, como em Sobral, no Brasil, confirmaram aquilo que até então não passava de «uma nova teoria do universo». De facto, ficava demonstrado que a cosmologia newtoniana, assente na geometria euclidiana e nas noções de tempo absoluto de Galileu, tinha sido séria e definitivamente posta em causa pela «teoria da relatividade especial», que Einstein, em 1905, dera a conhecer ao mundo num texto intitulado: «Sobre a electrodinâmica dos corpos em movimento». Mas em Maio de 1919 ficara também comprovada a descoberta feita por Einstein de que o espaço e o tempo, mas também a «massa», eram termos de medida relativos e não absolutos. Esta dupla evidência teve consequências no entendimento do mundo e já foi comparada, no seu alcance, com a introdução da «perspectiva na arte, que ocorreu na Grécia» no final do século v a. C.². Precisamente, um dos mais significativos corolários da confirmação empírica da teoria da relatividade

* Departamento de História da Universidade de Évora (1 de Julho de 2002); fmsmartins@mail.telepac.pt ou martinez@uevora.pt.

¹ Entendem-se os termos «pós-moderno» ou «pós-modernismo» como sinónimos de relativismo e, consequentemente, de irracionalismo. Sobre a defesa da «racionalidade» e da «crítica racional», Karl Popper, *O Mito do Contexto: Em Defesa da Ciência e da Racionalidade*, org. de M. A. Notturmo, s. e., Lisboa, Edições 70, s. d., *passim*.

² Paul Johnson, *Modern Times: A History of the World from the 1920s to the Year 2000*, 3.^a ed. rev., s. l., Phoenix Giant, 1999, p. 1. «The modern age began, Mr. Johnson announces in the first sentence of the book, in 1919 when Einstein's theory of relativity was confirmed. Rarely if ever has an abstruse scientific theory so captured the public imagination. Only a few people were capable of understanding it as a theory of physics, but there were vast numbers ready to see relativity as relativism and to apply it immediately to morals, politics

dade foi o facto de ter criado condições para que num futuro não muito longínquo se abrissem, de uma forma nunca vista, as portas ao relativismo. Como é óbvio, a teoria da relatividade nunca foi, nem pretendeu ser, sinónimo de relativismo ou uma teoria do relativismo. O relativismo, e apenas sob o ponto de vista «epistemológico», era uma realidade que remontava, se não a Matusalém, pelo menos, e no mundo ocidental, à Antiguidade clássica e a Pitágoras³. Foi então discutido e transformado em doutrina pelos gregos no decurso da «transição das cosmologias dos pré-socráticos, viradas para a matéria, para as opiniões políticas de sofistas, Platão e Aristóteles⁴». No entanto, e com as observações de Maio de 1919, estavam empírica e cientificamente criadas as condições para que o relativismo se estendesse a praticamente todos os campos da vida social, cultural, política, económica, científica ou tecnológica do mundo contemporâneo. Por mais contraditório que possa parecer, o relativismo estava racional e cientificamente certificado. Se a medida do espaço e do tempo, até aí considerados passíveis de serem objectivamente contabilizados, eram relativos, por que razão tudo o resto, muito menos passível de certificação empírica, não podia ser, não devia ser, considerado relativo? Por outro lado, embora numa dimensão diferente, o próprio triunfo e afirmação dos ideais democráticos já no último quartel do século XX, a generalização dos conceitos de liberdade e de tolerância, como da sua prática, e muito embora nunca tivesse sido essa a sua intenção, e nem sequer uma inevitabilidade, contribuíram para a afirmação e, em alguns casos, para o triunfo do relativismo. Como se isso não bastasse, e como não poucas vezes tem sido afirmado e reconhecido, o relativismo, que indiscutivelmente possui sempre uma dimensão moral e ética, passou a minar os alicerces das sociedades abertas que, precisamente, conviveram com o seu nascimento, desenvolvimento e expansão⁵.

No mundo da história e da historiografia, mas não só, o relativismo assumiu a forma de um movimento que tem merecido a designação de «pós-

and other spheres of life. If absolutes were suspect in science, then they must be suspect in every area of life. The names of Freud and Marx were added to Einstein's as new prophets, albeit chiefly in the minds of intellectuals; and, what with Freud's challenge to religion and revealed ethics and Marx's to private property and all bourgeois values, the materials of moral revolution were at hand, one which inevitably extended to the whole world of politics.» Robert Nisbet, «The will to power», in *The New York Times, Late City Final Edition* (Book Review Desk), 26 de Junho de 1983, secção 7, p. 1, col. 1. Albert Einstein, *O Significado da Relatividade com a Teoria Relativista do Campo não Simétrico* (trad. da 5.ª ed. original em língua inglesa por Mário Silva), s. e., Coimbra, Arménio Amado, Editor, 1958, pp. 168-171.

³ R. W. Hepburn, «Relativism, epistemological», in *The Oxford Companion to Philosophy*, ed. Ted Hoderich, s. e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 757. «É longa a história do relativismo; remonta pelo menos ao final da Idade do Bronze no Próximo Oriente, um período que o epistemólogo J. Henry Breasted designou por 'primeiro internacionalismo'». Paul Feyerabend, *Adeus à Razão*, s. e., s. l., Edições 70, s. d., p. 29.

⁴ Paul Feyerabend, *op. cit.*, p. 29.

⁵ É claro que, caso venha algum dia a verificar-se o triunfo absoluto e universal do relativismo moral, estar-se-á perante um quadro de enorme ironia. Tal cenário contraditára

-moderno», ou «pós-modernismo». A sua influência é ainda ampla, e particularmente visível, em várias das chamadas ciências humanas e sociais, na filosofia e nos estudos literários. Nestas áreas, os conceitos essenciais do pós-modernismo tendem a definir «tudo como um «texto»», a eleger «o significado como a matéria base dos textos, das sociedades ou de quase tudo o que existe» e, finalmente, a sublinhar a «ideia de que os significados existem para ser decodificados ou «desconstruídos»», do que decorre que «a ideia de realidade objectiva é suspeita»⁶. Invertem-se e rejeitam-se assim, geral e quotidianamente, os paradigmas tradicionais. Como é óbvio, isso sucede tanto na historiografia como num género que normalmente lhe está associado mas que lhe é totalmente autónomo: a biografia⁷. Deixando por agora de parte a biografia, naquilo que à historiografia respeita, a situação criada pelo relativismo, em especial pelo relativismo moral, e que o pós-modernismo introduziu ou, pelo menos, reforçou, gerou uma crise que não parece ter nem solução nem vencedor. Segundo muitas autoridades respeitáveis, haverá razões para que, tendo sido feitos os «diagnósticos», a maior parte deles «apreensivos», apenas se possa ficar com a certeza de viver a história uma «crise epistemológica» e que, sendo esta crise reconhecida e aceite, aquilo que se pode esperar será, se não a «dissolução da história», pelo menos a necessidade de pôr em causa o seu estudo «tal como é normalmente entendido»⁸.

No âmbito deste debate, muito sucinta e genericamente enunciado, aquilo que aqui se pretende argumentar — embora não sendo particularmente original, porque apenas se reforçam ideias já defendidas por outros, ao mesmo tempo que se reorganizam os argumentos pensados por terceiros — é que é possível e desejável apostar num discurso historiográfico, com todas as suas implicações, que passe uma mensagem assente em valores morais claros, sem que isso implique qualquer moralismo⁹.

o princípio segundo o qual o relativismo afasta liminarmente qualquer princípio universal, se não de autoridade, pelo menos de referência. R. W. Hepburn, «Relativism, ethical», in *The Oxford Companion to Philosophy*, ed. Ted Hoderich, s. e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 758.

⁶ Ernest Gellner, *Pós-Modernismo, Razão e Religião*, s. e., s. l., Instituto Piaget, s. d., p. 40 (ed. original inglesa, Londres, Routledge, 1992).

⁷ Neste texto, «biografia» é sinónimo de «biografia histórica».

⁸ As afirmações entre aspas, favorecendo os argumentos pós-estruturalistas e pós-modernos, foram retiradas de Richard J. Evans, *In Defense of History*, s. e., Nova Iorque e Londres, W. W. Norton & Company, 1999 (ed. inglesa de 1997), pp. 3-4. Este livro foi elaborado, precisamente, com o objectivo de rebater, de forma sistemática, os argumentos epistemológicos próprios das «escolas» pós-estruturalistas e pós-modernas.

⁹ Por moralismo, que não se pratica em momento algum neste trabalho, entende-se uma doutrina e uma prática que tendem a fazer da moral algo de absoluto, que se basta a si mesma e à qual tudo se subordina. O moralismo, enquanto tal, tende a confundir-se com um valor absoluto. Não é tal proposição que orienta a argumentação subjacente a este texto.

Como defendeu e escreveu uma vez Isaiah Berlin, parte-se do pressuposto de que:

[...] Todos os que se interessam pelos problemas do homem estão sujeitos ao uso das categorias e dos conceitos morais que a linguagem corrente incorpora e exprime. Os químicos, os filólogos, os lógicos e até os sociólogos com uma forte tendência quantitativa podem evitar estes conceitos graças ao recurso a termos técnicos moralmente neutros. Mas os historiadores dificilmente o poderão fazer. Não precisam — e não são por certo obrigados — de moralizar: mas também não podem evitar o uso da linguagem normal com todas as suas associações e «integrada» em categorias morais. Tentar evitá-lo significa adoptar outra perspectiva moral, e não a ausência de uma perspectiva qualquer¹⁰.

Para se chegar a esta dedução, e ao contrário do que muitas vezes se ensina aos estudantes de história, e a todos aqueles que se interessam por história, é possível ser objectivo e sustentar verdades neste campo, embora, naturalmente, opiniões diversas, não apenas sejam permitidas, como sejam até bem-vindas, porque são necessárias. Por outro lado, de forma alguma se sustenta, como escreveu Sir Geoffrey Elton, que a invasão da história pelas ideias pós-modernistas é exclusivamente «ameaçadora», «destrutiva», «absurda» e «sem significado». Ou, ainda nas suas palavras, não se pretende afirmar que o «relativismo total», que parece querer impor-se, se trata da «derradeira heresia», o «vírus» de um «niilismo frívolo» capaz de deformar «um número perturbador de jovens historiadores, sobretudo nos Estados Unidos», pelo que haverá de combater aqueles que «submetiam o estudo da história aos ditames dos críticos literários». Tão-pouco somos dramáticos e não consideramos que, de «alguma maneira», os historiadores estão a lutar

¹⁰ Isaiah Berlin, «A inevitabilidade histórica», in *A Busca do Ideal: Uma Antologia de Ensaios*, ed. Henry Hardy e Roger Hausheer, prefácio de Noel Annan, introdução de Roger Hausheer, s. e., Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, p. 239. Ou ainda: «No que diz respeito à avaliação (à apreciação, à judiação) na ciência da história, verificámos que era impossível eliminá-la: quer sejam expressos explicitamente ou contidos implicitamente, os juízos de valor emergem dos próprios factos cuja constituição cognitiva exige a selecção dos materiais que o compõem; na selecção dos factos que o autor considera como historicamente importantes no enquadramento do sistema de referência dado; na concepção e esclarecimento dos factos.

A nossa principal conclusão, a mais geral, é que a explicação, a compreensão e a avaliação são novas intervenções por meio das quais o factor subjectivo se introduz no conhecimento histórico; factor cujo papel e grau de incidência aumentam à medida que avançamos nas nossas reflexões sobre a subjectividade da verdade histórica, mas que assediamos ao mesmo tempo cada vez mais de perto, descobrindo, à medida que fazemos os nossos desenvolvimentos, as suas múltiplas facetas.» Adam Schaff, *História e Verdade*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 218.

pela sua «vida», ou que aqueles que reclamam ser portadores de formas «mais elevadas de pensamento, de verdades e perspicácia mais aprofundadas» estão, afinal, a pôr à disposição dos jovens investigadores o equivalente ao *crack*, pelo que assim existe a obrigação de lutar «pela vida» desses mesmos jovens investigadores¹¹.

No entanto, não é possível ignorar os pressupostos do pós-modernismo e negar liminarmente a sua relevância, passada e presente, uma vez que suscitaram, e suscitam, interrogações acerca de problemas essenciais como o da «possibilidade ou impossibilidade de [se] atingir um conhecimento objectivo»; o da «natureza ilusória e relativa da verdade»; ou, finalmente, o das «dificuldades que envolvem a distinção» entre aquilo que é «facto» e aquilo que é «ficção». A importância de discutir o pós-modernismo, e de o vencer, não se reporta apenas à historiografia ou à generalidade das inúmeras disciplinas do conhecimento na área do chamado social e humano, mas, sobretudo, às implicações que tem para as sociedades em geral e, portanto, para a forma como estas funcionam e olham para si próprias. Não são, por isso, apenas os historiadores que devem ter dúvidas e manifestar, eventualmente, tanto o receio pelas dúvidas que sustentam como o desejo convicto de as superarem. A importância do relativismo pós-moderno, que rompeu, ou pretendeu romper, com as certezas do modernismo ou da modernidade, está muito para além da forma como os historiadores se aproximam, abordam ou adquirem o conhecimento do passado e de saber se são, ou não, capazes de cumprir esse desiderato. A relevância do relativismo está na forma como uma sociedade, no seu conjunto — hoje em boa medida já uma sociedade global —, pode atingir o tipo de certeza objectiva, de conhecimento, acerca das grandes questões com que se depara e, claro está, do valor ou da utilidade ética ou moral que pode dar a um conhecimento que decorre do pensamento racionalista. Apenas dessa forma poderá estabelecer uma base fiável para tomar decisões vitais sobre o futuro com que se irá encontrar¹².

¹¹ Cit. in Richard J. Evans, *op. cit.*, p. 6. Em toda esta obra é possível encontrar-se mais adjectivação bastante viva contra o pós-modernismo, produzida por historiadores como Lawrence Stone, Raphael Samuel ou Arthur Marwick.

¹² «[...] alguns temas por vezes qualificados como pós-modernistas, [encontram-se] muito presentes no ar dos tempos: os valores são incertos; a objectividade é uma ilusão, mesmo tratando-se das representações científicas do mundo; *a fortiori*, não se pode considerar que os valores morais e, mais geralmente, todos os valores são dotados de objectividade. De facto, dizem-nos os «pós-modernistas», há que considerar que as crenças colectivas são traços culturais. Estes traços podem apresentar uma maior ou menor coerência entre si; na versão «estruturalista» do pós-modernismo, o seu significado reduz-se a essa mesma coerência. Na sua versão neo-marxista ou neoneietzschiana, os valores são considerados ilusões que cobrem fenómenos de «dominação». Raymond Boudon, *O Justo e o Verdadeiro: Estudos sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*, s. e., s. l. Instituto Piaget, s. d., p. 36.

MORAL, HISTORIOGRAFIA E GÉNERO BIOGRÁFICO

Independentemente das respostas que se possam obter para resolver os problemas causados pelo pós-modernismo à historiografia ou às ciências propriamente ditas — sociais e humanas, naturais e exactas —, é também importante proceder a uma reflexão que inclua o género biográfico (ou biografia), algo que apenas raramente acontece¹³. Naquilo que à biografia diz respeito, importa saber em que medida é possível, e até desejável, que o biógrafo se escuse, ou não, a produzir um juízo moral, e um juízo moral não apenas acerca dos factos analisados e do período histórico em que se integram, mas também, e sobretudo, sobre o próprio biografado¹⁴. A relevância deste problema colocou-a Ian Kershaw, há já alguns anos, no «prefácio» ao primeiro volume da biografia de Hitler da sua autoria¹⁵. O problema do juízo moral coloca-se aí de forma a, simultaneamente, desculpar e revelar aquilo que parecia ser uma angústia, não apenas historiográfica, genuína e legítima da parte do biógrafo. Ian Kershaw, depois de explicar as razões que o levaram — não sem denodada resistência da sua parte — a empenhar-se na redacção de uma biografia de Hitler, a apresentar a metodologia que adoptou, as respostas que procurava, a quantidade e a qualidade das fontes à sua disposição, escrevia:

It could be convenient to look no further, for the cause of Germany's and Europe's calamity, than the person of Adolf Hitler himself, ruler of Germany from 1933 to 1945, whose philosophies of breathtaking inhumanity had been publicly advertised almost eight years before he became Reich Chancellor. *But, for all Hitler's prime moral responsibility for what took place under this authoritarian regime, a personalized explanation would be a gross short-circuiting of the truth.* Hitler could be said to provide a classic illustration of Karl Marx's dictum that «men do

¹³ Sobre a escassa reflexão teórica que o género biográfico, em geral, merece, v. as considerações de Paula R. Backscheider, *Reflections on Biography*, s. e., s. l., Oxford University Press, 2001 (1.ª ed., 1999), pp. XIII-XXII e *passim*.

¹⁴ Não se discute aqui, apenas se dá como aceite, o reconhecimento de que história e/ou historiografia e a biografia são géneros diferentes, independentemente de terem pontos em comum. De qualquer forma, junta-se como argumento a separação que os antigos estipularam e muitos contemporâneos aceitam. «Suetonio relata en las *Vidas de los Césares* los hechos del mismo período que Tácito narra en sus *Anales* e *Historias*, salvo los de la vida de César. Sin embargo, la lectura de la obra de ambos pone de relieve enseguida la capital diferencia que los separa. La narración de Suetonio hay que enfocarla teniendo en cuenta el género biográfico, que entre los antiguos se diferenciaba del histórico, aunque el tema a veces fuera el mismo.» Vicente Picón, «Introducción», in Suetonio, *Vidas de los Césares* (ed. e trad. de Vicente Picón), 2.ª ed., Madrid, Cátedra, 2000, pp. 66-67.

¹⁵ Ian Kershaw, *Hitler, 1889-1936: Hubris*, s. e., Nova Iorque e Londres, W. W. Norton, 1999.

make their own history, but... under given and imposed conditions». *How far «given and imposed conditions», impersonal developments beyond the control of any individual, however powerful, shaped Germany's destiny; how much can be put down to contingency, even historical accident; what can be attributed to the actions and motivations of the extraordinary man ruling Germany at the time: all need investigation [...]*

[...] A feasible inbuilt danger in any biographical approach is that it demands a level of empathy with the subject which can easily slide over into sympathy, perhaps even hidden or partial admiration. The pages which follow must stand witness to the avoidance of this risk. *Perhaps, in fact, it is even the case that comprehensive repulsion more than the possibility of sympathy poses the greater drawback to insight*¹⁶.

Era evidente que, em princípio, o juízo ético sobre a personagem biografada merecia ser suscitado, mas imediatamente a seguir perdia qualquer relevância pelo facto de a compreensão de Hitler, para ser efectiva e mais completa, passar pela sua necessária dissolução na circunstância. Mas, por outro lado, a carga moral extremamente perjurativa que Hitler historicamente comporta, e que Ian Kershaw desde logo assumia, poderia ter degradado a qualidade da análise. Ou seja, buscando a chamada quadratura do círculo, Ian Kershaw, enquanto historiador, pretendia diluir a relevância do biografado — e em especial o eventual significado da responsabilidade moral dos seus actos na sua circunstância — para depois reconhecer que enquanto historiador e biógrafo não só não se tinha demitido das suas responsabilidades éticas, como a consciência destas poderia, eventualmente, ter diminuído a qualidade da sua análise, todo o seu discernimento.

Do mesmo modo, uma segunda citação, relativa a uma outra personagem relevante na história do século xx, não deixa de reforçar a ideia de quanto é complexa e, por isso, inelutável a relação entre o biografado e a sua circunstância, permitindo desse modo fazer perpetuar as equívocas relações entre a biografia e a ética, ou entre as referências morais com que o historiador lida ao debruçar-se sobre o seu objecto, mas também entre os valores morais do biografado e da sua *circunstância* e o carácter e a expressão moral do trabalho apresentado pelo historiador ou biógrafo:

Take the question about the role of J. V. Stalin in the history of our country... [His] era is one of an unexampled rise of a whole generation of Soviet people who only now are gradually leaving the social and political arena. The formula of the «cult of personality» is supposed to

¹⁶ Id., *ibid.*, p. xxi, itálicos nossos.

describe [those achievements] of industrialization, collectivization and cultural revolution that brought our country the status of a superpower. All that is being questioned. We've reached the point where the «Stalinists» (a very flexible term) are insistently required to repent publicly.

Neste caso, a autora do texto, que não era nem historiadora nem biógrafa, admitia ainda, noutra passagem, que a repressão maciça levada a cabo nas décadas de 1930 e 1940 — que não negava — tinha sido lamentável e censurável, mas adiantava igualmente que o senso comum era um poderoso argumento contra a tentativa de caracterizar aqueles tempos e os seus problemas complexos, com uma linguagem idêntica àquela que os jornais soviéticos teriam começado a utilizar quase quatro décadas após a morte de Estaline para fazer uma avaliação qualitativa e um juízo moral sobre o significado de Estaline e do estalinismo. Assim sendo, seguindo a mesma opinião, a culpa (ou a responsabilidade, numa expressão mais neutra), pela repressão sistemática que fora levada a cabo num determinado período histórico, a existir, cabia, não a um homem, mas aos então dirigentes do partido que dirigia (presume-se) e do governo que (desconfia-se) comandava. E, mesmo que Estaline pudesse ter tido alguma culpa pelo sucedido, não devia ser esquecido que também, e por exemplo, Pedro, *O Grande*, podia ser considerado, e tinha-o sido, severo com os seus contemporâneos, mas, tal como Estaline, tinha tornado a Rússia uma grande potência. Por isso, rematava: «[...] as flores que são constantemente depositadas no seu sarcófago [o de Pedro]... testemunham o respeito e a gratidão [que ganhara] aos nossos contemporâneos [...]»¹⁷. Resumindo, o argumento avançado pelos defensores da reputação de Estaline liga o seu nome à existência da União Soviética e à grandeza da pátria socialista, da mesma forma que a defesa dos métodos de Pedro, *O Grande*, tinha como justificação a bondade do seu projecto e os resultados da sua obra, sendo possível, em última análise, desenvolver argumentos de natureza e alcance idênticos para Hitler ou qualquer outro biografado cujos actos pudessem globalmente merecer as maiores críticas e os juízos morais mais negativos.

¹⁷ Carta assinada por Nina Andreyeva, publicada a 13 de Março de 1988 no *Sovietskaya Rossiya (Rússia Soviética)*. Suspeitou-se de que o seu verdadeiro autor fosse um membro destacado do Partido Comunista da URSS, opositor de Gorbachev (Yegor Ligachev, membro do Politburo). Cit. in Adam B. Ulam, *Stalin. The Man and His Era*, s. e., Boston, Beacon Press, 1989 (1.ª ed., 1973), p. xvii. «A year later [1988] Gorbachev progressed to an outright condemnation of Stalin, during a special Party meeting provoked by the 'Nina André Eva' affair in April 1988. (Gorbachev's conservative rivals within the Communist Party leadership engineered the publication in a government newspaper of an article under the name 'Nina André Eva' calling for a return to Stalinist values.) To Gorbachev's fury and dismay, the article was widely applauded within the Party. Chernyaev records him as saying: 'There are no two ways about it. Stalin was a criminal, devoid of any morality.'» Robert Cottrell, «Founding Father», in *The New York Review of Books*, vol., XLVIII, n.º 7, 26 de Abril de 2001, pp. 21-22.

Embora seja bom recordar que o citado texto, que pretende absolver Estaline, ou pelo menos relativizar a dimensão eticamente reprovável da sua acção enquanto dirigente político, foi produzido com claras intenções de combate político no início do processo reformador levado a cabo na União Soviética sob a direcção de M. Gorbatchev, devendo ser entendido à luz da luta entre reformadores e conservadores no seio do Partido Comunista Soviético e, portanto, também, do próprio Estado soviético, não deixa de ficar claro que, na forma como é colocado neste debate político, o problema da ética também se depara tanto aos historiadores como à Historiografia e que não existe, à partida, como penso ser possível demonstrar, qualquer razão para se afirmar que o historiador e, em particular, o biógrafo devam e possam ignorar que o seu discurso, o seu trabalho, não apenas pode, como muitas vezes deve, encerrar um elemento ético-moral.

Continuando a dar atenção ao conteúdo dos dois textos acima citados, é importante chamar a atenção para o facto de, normalmente, e para além de outro tipo de argumentação de natureza epistemológica, se cultivar a ideia de que todos os homens, e especialmente os grandes homens, são essencialmente o produto da sua circunstância e, portanto, em maior ou menor medida, dominados por ela. Por esse facto, as figuras trazidas aqui à colação, Hitler e Estaline, não poderiam ser avaliadas moralmente pelos historiadores simplesmente por serem o produto de inúmeros acontecimentos que não controlaram e que não se repetem: pelo facto de a Alemanha ter sido humilhada em Versalhes, por ter havido uma profunda crise económica mundial no início da década de 1930, pelo facto de a República de Weimar ter sido um fracasso...; a guerra civil russa, os séculos do czarismo, a superior vontade de se construir o socialismo, por não serem obedecidos, ou por as suas ordens serem mal interpretadas e pior cumpridas. Para além da generalidade de estas constatações poderem ser consideradas verdadeiras, é ainda possível acrescentar que estes, como outros inúmeros factos, foram criados e existiram numa conjuntura tão especial, na Rússia como na Alemanha, que é impossível ao biógrafo, com os seus valores, na sua circunstância, fazer qualquer juízo ético sobre outra época, sobre outras circunstâncias, pelo que se deve limitar a compreender e a explicar.

Para contrariar este argumento, além de se poder evocar o excerto de Isaiah Berlin reproduzido anteriormente, é legítimo acrescentar que, se, por um lado, é difícil, mas não impossível, chegar ao conhecimento — conseguir conhecer o objecto de estudo —, é igualmente tão ou mais difícil, mas simultaneamente possível e legítimo ao biógrafo (ou ao historiador), produzir um juízo de valor, de natureza ética ou moral, sobre o objecto de uma análise que depende do uso da razão¹⁸. Da mesma forma que o biógrafo pode

¹⁸ «Os termos de referência da teoria fundamental e clássica do conhecimento incluíam a assunção do postulado de que *existia* uma via correcta e outra exacta no percurso conducente à aquisição do conhecimento. O problema era descobrir a diferença e, uma vez esta localizada, justificá-la.» Ernest Gellner, *op. cit.*, p. 60.

produzir uma narrativa sobre o seu objecto sem que se aventure na afirmação de um qualquer juízo ético, é igualmente legítimo e possível avaliar uma realidade que por si tenha sido particularmente difícil de compreender e interpretar. Julgar não está para além de interpretar. É a outra da face de uma mesma moeda. Quem compreende bem e interpreta bem está em condições de julgar, se considerar que assim deve proceder. Apenas o ambiente cultural que impera em muitos sectores do mundo contemporâneo pretende que se subtraia ao investigador o direito, e muitas vezes o dever, de julgar¹⁹.

Significa isto que existe uma lei moral universal na qual os historiadores e a historiografia se possam refugiar e depois basear-se para fazerem os seus juízos de valor e produzirem o seu discurso moral? Significa isto que existe, ou deve existir, sempre uma moral na história? A resposta é sim para a primeira pergunta e não para a segunda²⁰. Nem que seja pelo facto de o historiador, especialmente no papel de biógrafo, ter a obrigação de contribuir para a humanização da moral, enraizando-a «nas necessidades humanas e nos valores humanos»²¹. Os dois mais importantes biógrafos que nos foram legados pela Antiguidade clássica, aqueles em relação aos quais todo o género biográfico se define e compara, nunca se escusaram, antes pelo contrário, a verem no seu labor uma componente ética essencial. Plutarco, por exemplo, nunca se negou a atribuir a responsabilidade do mal ao indivíduo. Converteu-o em dono dos seus próprios actos, precisamente para que lhe fosse mais fácil conduzir-se pelo caminho da «virtude». Era, nomeadamente, a posse dessa qualidade que lhe permitia superar, mediante o controle das paixões pela razão, todos os obstáculos ao avanço na «direcção da salvação divina»²². Suetónio,

¹⁹ Há até quem considere que o juízo moral é intrínseco à produção historiográfica ou à biografia. «The instrument of the novelist and of the historian is the same. It is our common, everyday language. History, unlike the sciences, has no language, indeed no vocabulary of its own [...] History consists of words, because we think, speak, teach, and write with words. Thus Flaubert's celebrated *mot juste* must be a standard not only for the novelist but also for the historian who ought to know (*juste*) that the choice of every word is not only a stylistic but a moral choice.» John Lukacs, *A Thread of Years*, s. e., New Haven e Londres, Yale University Press, 1998, pp. 4-5. «Above all, biographers are decision-makers whose decisions matter. From a variety of perspectives, they judge and evaluate, and the act of interpretation is ever present, inseparable from every other action.» Paula R. Backscheider, *Reflections on Biography*, s. e., s. 1., Oxford University Press, 2001 (1.ª ed., 1999), p. xxi.

²⁰ «'Moral principles are universal and timeless', Kissinger writes. Foreign policy is bounded by circumstance; it is, as Bismarck noted, 'the art of the possible,' 'the science of relative'. When moral principles are applied without regard to historical conditions, the result is usually an increase in suffering rather than it's amelioration.» Thomas L. Friedman, «How to run the world in seven chapters», in *The New York Times on the Web*, 17 de Junho de 2001.

²¹ Jonathan Glover, *Humanity: A Moral History of the Twentieth Century*, s. e., Londres e New Haven, Yale University Press, 2000, p. 406.

²² Aurelio Pérez Jiménez, «Introducción general», in Plutarco, *Vidas Paralelas*, 1, *Teseo — Rómulo. Licurgo — Numa* (introdução geral, trad. e notas de Aurelio Pérez Jiménez), 1.ª ed., Madrid, Editorial Gredos, 2000 (1.ª ed., 1985), p. 32.

por outro lado, compunha parte das suas narrativas com base na oposição «entre acções boas e más, aceitáveis e criticáveis (virtudes e vícios, em definitivo)». Declarou-o explicitamente em «duas passagens das vidas de Calígula e Nero». Na primeira afirmou: «Até aqui narrei a sua vida como príncipe, agora narrarei o que ainda dela fica como monstro». Na segunda escreveu: «Uni todas estas acções num bloco, umas isentas de toda a crítica e outras inclusivamente dignas de elogio, para as separar das suas ignomínias e crimes, das quais falarei adiante.» Com esta declaração, Suetónio constata a disposição que fazia das «rubricas da governação em ambas as vidas, distribuindo-as em duas partes nitidamente diferenciadas». Portanto, subjaz aqui um tratamento filosófico evidente pelo qual se presume que a oposição entre o bem e o mal é a que melhor caracteriza o imperador em causa²³.

De qualquer modo, é possível que não tenha ainda ficado totalmente clara a afirmação segundo a qual é possível produzir um juízo moral, com base numa lei moral universal, sobre factos que, tendo sido o produto da acção humana, tivessem tido lugar em contextos totalmente diferentes daqueles em que o biógrafo, o historiador, o cientista e o artista elaboram a sua reflexão e o seu juízo. Para ultrapassar este obstáculo, aparentemente intransponível, vale a pena evocar, antes de mais, a profunda contradição que a proposição encerra. Em segundo lugar, e depois de enunciada e superada essa contradição, pode constatar-se de que forma o juízo moral é não apenas possível, mesmo que exercido sobre e em contextos totalmente diferentes daquele em que é produzido, ultrapassando assim o pressuposto hegeliano de que a verdade é apenas relativa aos vários contextos em que acontece e que por isso era absolutamente verdadeira no seu próprio contexto, mas sobretudo necessário e praticamente inevitável. Se partirmos de um pressuposto que proponha e defenda a racionalidade e a crítica racional, pressuposto esse que não apenas reconhece mas depende da existência de contextos, a verdade é que se garante a possibilidade da sua superação pelo recurso ao pensamento crítico que herdámos dos gregos. O contexto, porém, além de possível

²³ Vicente Picón, *op. cit.*, pp. 76-77. Em «consonância» com esta ideia, há quem considere que a «oposição entre virtudes e vícios é a chave que subjaz à estrutura da obra suetoniana e que a análise dos seus rasgos positivos, negativos e neutros nos permite realizar a valorização definitiva de cada um dos Césares» (id., *ibid.*, p. 77). Há um outro aspecto muito relevante em toda esta problemática do lugar do juízo ético no trabalho do biógrafo. Diz respeito à questão da definição do carácter do biografado e à sua relevância na estrutura e na economia de qualquer biografia. Uma definição breve mas incisiva do problema foi feita nos seguintes termos: «[...] John F. Kennedy claimed consistently to be a moral leader, but was he, in fact, an exemplar of high personal character? And if not, was it not possible to be an effective president of the United States without necessarily being personally virtuous? The question of character seemed to be the pivotal issue in arriving at a clear understanding of the life and legacy of our 35th president.» Thomas C. Reeves, *A Question of Character. A Life of John F. Kennedy*, s. e., s. l., Forum, 1997 (1.ª ed., 1991), p. 11.

superação, é, sobretudo, necessário. Isto porque, caso contrário, a descoberta não só deixa de ser possível, como fica impedido o avanço da ciência ou do conhecimento, neste caso do conhecimento histórico, algo que os menos cépticos não deixarão de considerar inerente tanto à historiografia como ao género biográfico²⁴. O relativismo, portanto, e o relativismo moral, em particular, têm a sua origem naquilo que é o contrário do racionalismo e do pensamento crítico²⁵ que lhe está associado: a negação da discussão crítica e do confronto e a mais absoluta concordância ou acordo sobre tudo e sobre nada.

DESCULPAR E NEGAR

Antes de um regresso ao género biográfico, socorramo-nos mais uma vez do plano geral da historiografia para avaliar o significado daquilo que está verdadeiramente em causa. Façamo-lo para procurar demonstrar como, numa situação muito simples, e aparentemente pouco polémica na sua dimensão ética, se resvala para uma realidade através da qual se podem verificar as consequências daquilo que tem sido a retirada do discurso ético da produção historiográfica. Nas últimas décadas tem vindo a constatar-se o avanço, na historiografia europeia e norte-americana sobre a Alemanha nacional-socialista, de um revisionismo desculpabilizador e negacionista, não apenas de acontecimentos — e. g., de política externa ou política interna e, sobretudo, do Holocausto²⁶ —, mas também do papel que neles desempenharam tanto Hitler como outros altos dirigentes da Alemanha nacional-socialista. Muito embora o teor do comentário que aqui se produz não signifique que se esteja a pôr em causa aquela que é a liberdade de análise e de síntese, e também de pensamento, de um determinado historiador, da mesma forma que não se procura que seja lançado o anátema sobre qualquer trabalho, mais ou menos meritório, de revisão do significado de acontecimentos, conjunturas ou estruturas feito sob o enfoque proporcionado por nova documentação e/ou de novas interpretações sobre fontes já conhecidas, complementadas, eventualmente, por outras recentemente descobertas, a verdade é que o triunfo do relativismo nas nossas vidas produziu uma consequência previsível e preocupante da generalização de uma nova moda nos meios académicos e intelectuais que, além de colocar um problema

²⁴ Karl R. Popper, «O mito do contexto», *op. cit.*, pp. 67-71 e 86.

²⁵ O pensamento crítico característico da «nossa civilização ocidental advém do choque, ou confronto, de diferentes culturas e, por conseguinte, do choque, ou confronto, de diferentes contextos» (id., *ibid.*, pp. 60-61).

²⁶ Para uma análise da «pseudo»-historiografia negacionista do holocausto, Michael Shermer e Alex Grobman, *op. cit.*

historiográfico, confronta as nossas sociedades com um tremendo dilema ético. Uma moda que se torna a posição formal de uma sociedade, ao propor a bondade e a superioridade do relativismo científico e moral, aniquila a verdade, e os valores éticos ou morais que os factos encerram e propõe um paradigma em que a única verdade, a verdade absoluta, é não haver verdade; a única referência moral ou ética, indiscutível, é não haver qualquer referência moral ou ética, porque, não havendo uma, são todas igualmente válidas e legítimas. Assim sendo, a negação do holocausto, o branqueamento de Hitler e do nacional-socialismo (como a negação do *Gulag* e o branqueamento de Estaline e do comunismo) é, em última análise, uma consequência da afirmação do pós-modernismo que assenta no facto de existir um elevado número de investigadores a afirmar que os textos, ou as fontes, não possuem qualquer significado constante e intrínseco. Assim sendo, ao abriremos espaço na historiografia para que se possam considerar como boas as «noções pós-modernas de que os testemunhos históricos são relativos, e de que toda a verdade é subjectiva e de que a ‘narrativa’ de um homem é tão boa quanto outra», não é apenas a negação do holocausto que se transformará em algo que se torna, no mínimo, muito difícil de «lidar»²⁷. Sucederá também — e essa é a última, mas também a mais trágica das consequências do triunfo do relativismo — que será posta em causa a liberdade de se produzir um discurso historiográfico com um juízo moral sobre aquilo que em determinado momento histórico foi e permanece imoral. Não será, pois, pelo facto de o historiador, na sua investigação e na sua síntese, procurar ser objectivo, e ser objectivo, que terá de se referir ao seu objecto de estudo com uma suposta neutralidade ou imparcialidade ética. Até porque, caso venha a purgar o seu discurso historiográfico de referências éticas, produzindo uma narrativa descolorida, dificilmente dará a sua visão sobre o seu objecto de estudo, uma visão sobre o que quer que seja. E a historiografia é, acima de tudo, isso mesmo: uma visão global e total do historiador sobre o seu objecto.

É óbvio que existem múltiplas razões para a negação do holocausto e para o branqueamento do nacional-socialismo e de Hitler, como há inúmeras razões para branquear outros acontecimentos brutais, outras personagens sinistras, outros sistemas sociais tão ou mais sinistros, mais ou menos remotos no tempo. Recorde-se que para muito alemães, e não só, na década de 1930, como eventualmente em qualquer outro momento histórico contemporâneo, existiam inúmeras razões de natureza vária que justificavam Hitler e o nacional-socialismo, sendo que os aspectos mais absurdos e reprováveis de um e outro se justificavam através da evocação de um lado

²⁷ Geoffrey Wheatcroft, «Bearing false witness», in *The New York Times Book Review*, 13 de Maio de 2001.

positivo muito amplo, que se manifestava na restauração da ordem e da segurança nas ruas, no fim do desemprego e da inflação, ou na eliminação da ameaça bolchevique na frente interna. Não vamos agora discutir David Irving e os seus trabalhos²⁸, mas, por exemplo, convém recordar que historiadores conceituados, como Trevor-Roper e John Keegan, elogiaram publicamente, e mais do que uma vez, o trabalho de Irving. É verdade que não se trata de historiadores «negacionistas». É ainda verdade que os seus trabalhos nada têm que ver com as correntes do pensamento historiográfico que não reconhecem qualquer possibilidade de conhecimento e de entendimento da verdade através do recurso à investigação tal como é, normalmente, levada a cabo pelos historiadores segundo métodos do racionalismo crítico. No entanto, o cepticismo, e até o cinismo, filosófico e ontológico que cultivam, a par do seu absentismo ético, dão azo a que se crie uma reverência por um conjunto de ideias peregrinas, pós-modernas e desconstrutivistas acerca da natureza do conhecimento histórico, da sua objectividade, da possibilidade de se chegar à verdade ou, pelo menos, a uma verdade cujas consequências podem ser, no mínimo, funestas. Isto apenas para dizer que afirmar uma não verdade, ou o relativismo da verdade, é, em si mesmo, a afirmação de um novo tipo de verdade absoluta regida por referências cujo alcance, e não apenas no domínio historiográfico, terá alguns dos resultados atrás sucintamente enunciados.

APOLOGIA DA MORAL DA HISTÓRIA

Do ponto de vista da biografia histórica, o problema do juízo ético, especialmente da sua validade relativamente ao objecto, depende de vários factores. Num texto que é merecidamente considerado um clássico da reflexão historiográfica do século xx²⁹, nas primeiras páginas do capítulo que se debruça sobre a «análise histórica», Marc Bloch trata o problema da «parcialidade», perguntando se o historiador deve «julgar ou compreender». Para melhor apresentar e resolver o problema, aquele ilustre medievalista socorreu-se de uma analogia, que é também uma metáfora, constituída por duas personagens: o sábio e o juiz. Os dois, segundo ele, devem ser impar-

²⁸ Sobre o carácter singular dos trabalhos de David Irving, naquilo que ao revisionismo da relação do nacional-socialismo alemão com a questão judaica diz respeito, Michael Shermer e Alex Grobman, *Denying History. Who Says the Holocaust never Happened and Why do They Say It?*, s. e., Berkeley, Los Angeles, Londres, University of California Press, 2000, pp. 188-202, e Richard J. Evans, *Lying about Hitler: History, Holocaust and David Irving Trial*, s. e., Nova Iorque, Basic Books, 2001.

²⁹ Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* (trad. portuguesa: *Introdução à História*, 4.^a ed., Publ. Europa-América, s. d.).

ciais, com a diferença de que, enquanto o juiz desgraçadamente julga, o sábio se pode e deve ficar pela observação e explicação. Ao contrário do juiz, que também observa e busca uma explicação, o sábio não só não «castiga», como não se rege profissionalmente por uma «tábua de valores que não releva de nenhuma ciência positiva». O juiz castiga um assassino pelo facto de a tábua de valores que rege a sua actividade lhe dizer que o assassinio é uma «coisa condenável». Para o sábio, feito historiador, nada disso lhe interessa. A sua tábua de valores *enquanto cidadão* condenará, muito possivelmente, o assassínio e o assassino, ao passo que, *enquanto historiador*, não tem, não reconhece, qualquer tábua de valores. Para esta demonstração teórica, Marc Bloch apresentou-nos, entre outros, o exemplo prático de Robespierre clamando: «Robespieristas, anti-robepieristas, por favor! Dizei-nos simplesmente quem foi Robespierre³⁰.» «Simplesmente», para dar a conhecer, para explicar, objectivamente, quem foi Robespierre em discurso biográfico de historiador, é inevitável que se produza um juízo ético sobre a personagem. E fazê-lo não é cair minimamente em pecado de anacronismo ou sequer de moralismo. Presumir que o juízo não importa, que o «Terror» já não importa, que não é já sequer possível conhecê-lo, que não é já possível produzir um discurso historiográfico sobre aquela fase essencial da Revolução Francesa, não passa de um conjunto de afirmações racionalmente inverosímeis. Sobretudo, quando qualquer historiador sabe que houve então, muito mais do que cem ou duzentos anos depois, uma percepção ética sobre o «Terror» e sobre Robespierre! Houve, quer queiramos, quer não, a possibilidade não apenas de produzir uma revolução sem «Terror», mas também, e já agora, de produzir um outro tipo de «Terror», tanto com um maior mas, também, com um menor número de vítimas.

É precisamente neste ponto que pode ser encontrado o pretexto que dará forma a um derradeiro argumento a favor da posição que aqui vem sendo apresentada. Se pensarmos um pouco no exemplo dado por Marc Bloch, e que ele estenderia certamente a outros casos — imagine-se que à França de Vichy, à Itália de Mussolini, ao Portugal de Salazar, à Grã-Bretanha de Churchill, particularmente na Primavera e no Verão de 1940, etc. —, percebe-se como o pressuposto é não apenas falacioso como, sobretudo, perigoso. Por que razão, e apesar de todos os seus defeitos, Churchill é uma personagem histórica moralmente superior? Porque, embora tenha sido um político normal, naturalmente ambicioso e muitas vezes regendo-se por padrões morais nos quais muitos dos seus concidadãos não se reviam e não se revêm, a verdade é que em vários momentos difíceis da história da Grã-Bretanha e do seu império durante a segunda guerra mundial soube discernir

³⁰ Uma crítica com alguma semelhança àquela por mim suscitada a este excerto do livro de Marc Bloch encontra-se em Tzvetan Todorov, *As Morais da História*, s. e., s. l., Publicações Europa-América, s. d., pp. 9-10.

entre aqueles que eram os problemas essenciais que se lhe deparavam e os acessórios, não apenas do ponto de vista do realismo e do pragmatismo político, mas também dos princípios morais em jogo. Foi fácil? Foi linear? Foi cristalino? Foi tudo eticamente claro? Não³¹! Porém, globalmente, a resposta a uma pergunta sobre o balanço que, eticamente, é possível produzir sobre a personagem é sim. E de tal forma que apenas os cínicos podem pretender que Hitler ou Mussolini, por um lado, e Churchill ou Roosevelt, por outro, foram personagens históricas moralmente equivalentes³².

Mas regressemos a Robespierre e a Marc Bloch e ao pressuposto de que aquele não deve ser julgado pelos historiadores. Nenhum deve ser a favor; nenhum deve ser contra, afirmava o autor dos *Reis Taumaturgos*. Nada mais falso. Trata-se apenas de uma subtileza retórica com profundas implicações éticas. Nada daquilo que conhecemos em Robespierre, na orientação política que definiu e que o definiu, foi inevitável, estava predeterminado. Robespierre, por exemplo, podia ter lido, como leu, Rousseau e até concordar com as linhas essenciais do pensamento deste. No entanto, a interpretação que fez, digamos, do princípio da «vontade geral», definida e posta a circular por aquele ideólogo genebrino, foi a sua (mesmo que àquele conceito esteja subjacente um princípio de violência política de intenso e elevadíssimo grau, não vamos agora culpar Rousseau) e a de vários parceiros políticos seus, mas de forma e em momento algum inevitável. Por outro lado, nunca Robespierre se viu obrigado a optar por Rousseau e, para além disso, a agir politicamente sobre a sociedade francesa como fez. Podia ter escolhido outro pensador do iluminismo francês. Aceitar ou reconhecer a inevitabilidade, o determinismo, o peso esmagador do contexto, é ignorar que, em maior ou menor grau, em cada momento, não apenas nada tem um desenlace ou um fim predeterminado, como equivale a ignorar o problema essencial da responsabilidade, não exclusivamente do ponto de vista de algumas das suas definições filosóficas mas, sobretudo, do ponto de vista pessoal, social e histórico³³.

³¹ O melhor relato da vida de Winston Churchill ainda hoje disponível foi redigido por Sebastian Haffner. Não lhe escapou, porque, caso contrário, tratar-se-ia de uma biografia truncada, o juízo moral sobre a personagem, nomeadamente por contraposição a Hitler. Sebastian Haffner, *Winston Churchill. Una Biografia*, trad. de Rosa Sala Rose, s. e., Barcelona, Ediciones Destino, 2003 (1.ª ed. alemã, 1967), pp. 143 e 173-175, onde são sublinhadas as suas motivações na luta que protagonizou contra Hitler e o nazismo.

³² Um bom exemplo deste cinismo é o último romance de Gore Vidal, *The Golden Age*, s. e., s. l., Little, Brown & Company, 2000.

³³ Como notou Paul Johnson, Trotsky, enquanto político e intelectual, pode ser um bom exemplo de como o juízo moral tem cabimento na análise histórica e do peso muitas vezes marginal que deve ser atribuído ao determinismo imposto pelas circunstâncias. «Trotsky remained a moral relativist of the most dangerous kind right to the end. ‘Problems of revolutionary morality’, he wrote in his last, posthumous book, ‘are fused with problems of revolutionary strategy and tactics.’ There were no such things as moral criteria; only criteria of political efficacy. He said it was right to murder the Tsar’s children, as he had done, because it was politically useful and those who carried it out represented the proletariat; but Stalin

Por isso, impõe-se que se sustente o seguinte: do ponto de vista dos actores históricos, a realidade da escolha, além de invalidar o determinismo histórico, pressupõe uma ética. Mas, por outro lado, a não existência de determinismo histórico não implica a ausência de determinismo moral, e não apenas hoje como em qualquer outra época. As opções fazem-se sempre no pressuposto de afirmação ou negação de uma ética, pelo que é legítimo afirmar que o juízo moral produzido pelo biógrafo é válido pelo facto de serem tidos em conta os valores absolutos e intemporais do bem e do mal, esses sim valores predefinidos e predeterminados. Isto é, em todas as épocas existe sempre a possibilidade de uma escolha que é feita, no limite, em função de uma lei moral que define, ontem como hoje, em termos absolutos o que é bom e o que é mau³⁴. Nada disto invalida, permite ou obriga o historiador a pontuar e/ou a concluir o produto do seu trabalho com o pronunciamento do seu juízo ético, retirando uma moral da história. Mas essa é muitas vezes uma fase essencial da sua tarefa. Imagine-se o que é, por exemplo, estudar um fenómeno revolucionário e toda a violência, gratuita ou não, que lhe está associada, não produzindo qualquer juízo ético pelo facto de se considerar que, por um lado, o esforço de compreender e explicar necessariamente o impede de julgar mas, sobretudo, e por outro lado, porque ao serem consideradas as circunstâncias especiais em que o fenómeno ocorre não está permitido esse juízo. Nada mais errado. Não é pelo facto de, num determinado momento, os padrões sociais normais de uma sociedade se virarem de pernas para o ar que os valores essenciais dessa sociedade desapareceram, se extinguíram em absoluto na mente dos revolucionários e dos contra-revolucionários. O estabelecimento de uma ordem violenta, independentemente das suas razões, não invalida a morte dos valores éticos absolutos com que uma sociedade anteriormente tinha explicitamente convivido, nem tão-pouco, por esse mesmo facto, se cria uma desresponsabilização dos sujeitos e, portanto, a impossibilidade de sobre os factos e a atitude dos homens se produzir posteriormente um juízo ético³⁵. Até porque é o juízo ético, como a sua ausência, recordo-o outra vez, que

did not represent the proletariat — he had become a ‘bureaucratic excess’ — and therefore it was wrong for him to murder Trotsky’s children. Trotsky’s followers are, of course, notorious for their attachment to this subjectively defined code of ethics and contempt for objective morality.» Paul Johnson, *op. cit.*, p. 263.

³⁴ A argumentação utilizada não pressupõe qualquer definição de «bem» ou de «bom». Aliás, a definição de «bem» não se consegue apenas por oposição àquilo que é «mau», mas também por oposição ou contraposição a outras formas de «bem». Nicholas Dent, «Good», in *The Oxford Companion to Philosophy*, ed. Ted Hoderich, s. e., Nova Iorque-Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 322.

³⁵ Opinião diferente foi sustentada em Arno J. Mayer, *The Furies. Violence and Terror in the French and Russian Revolutions*, s. e., Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2000, *passim*.

permite ao historiador transmitir a sua visão sobre o seu objecto de estudo. Resumindo, se é comum pensar-se que o «relativismo moral» concede um apoio formal, «enquanto atitude moral», aos códigos que entre si «divergem», «paradoxalmente» a verdade é que, caso esta máxima fosse «aceite como uma atitude universal (universalmente e moralmente aprovada)», acabaria por contrariar «o relativismo que», pela sua natureza, «não aceita quaisquer princípios universalmente autorizados»³⁶.

Mesmo assim, a verdade é que se trata de uma enorme ousadia enfrentar nestes termos Nietzsche e toda a matriz essencial do pensamento ocidental de todo um século. Pensamento que, ao ter-se radicado, consciente ou inconscientemente, nas máximas daquele filósofo alemão, teima em presumir que a moral e outros valores devem ser entendidos e avaliados em função da «perspectiva da vida» e que aqueles apenas existiram, e existem, para favorecerem as necessidades demasiado humanas e as fraquezas e os medos dos grupos e tipos humanos menos favorecidos³⁷. Também por isso se deve considerar acertada a sentença uma vez pronunciada por um antigo historiador de Oxford: «It is probably as much a mistake to ask a working historian to discuss this theme as to ask a painter to give his views on aesthetics»³⁸.

³⁶ R. W. Hepburn, «Relativism, ethical», in *The Oxford Companion to Philosophy*, p. 758.

³⁷ Richard Schacht, «Nietzsche, Friedrich Wilhelm», in *The Oxford Companion to Philosophy*, p. 621.

³⁸ Norman Stone, «Grim eminence», in *London Review of Books* (20 de Janeiro de 1982), pp. 9-12, cit. in Richard J. Evans, *op. cit.*, p. 9.